

O BEM, O MAL
e as
ciências da mente

Do que são constituídos os psicopatas

© Copyright 2014
Ícone Editora Ltda.

Capa
Suely Danelon

Diagramação
Suely Danelon

Revisão
Juliana Biggi

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor (Lei nº 9.610/98).
Todos os direitos reservados à:

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda
CEP: 01135-000 – São Paulo/SP
Fone/Fax.: (11) 3392-7771
www.iconeeditora.com.br
iconevendas@iconeeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V446b

Vasconcellos, Silvio José Lemos

O bem, o mal e as ciências da mente: do que são constituídos os psicopatas /
Silvio José Lemos Vasconcellos. - 1. ed. - São Paulo : Ícone, 2014.
100 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-274-1264-3

1. Psicopatas. I. Título.

14-12190

CDD: 616.8582

CDU: 616.89-008.1

14/05/2014 20/05/2014

PROF. DR. SILVIO JOSÉ LEMOS VASCONCELLOS

O BEM, O MAL
e as
ciências da mente

Do que são constituídos os psicopatas

1ª edição

 **icone**
editora

Agradecimentos

A minha esposa Cristiane Teresinha de Deus Virgili Vasconcellos, cúmplice incansável das minhas inquietações científicas e filosóficas. Ao ambiente intrafamiliar no qual me desenvolvi, propiciado pelos meus pais maravilhosos, Lueci Vasconcellos (in memoriam) e Lauro Vasconcellos, pelos meus irmãos (in memoriam) e pelas minhas irmãs. Também ao meu ambiente extrafamiliar, propiciado pelos grandes amigos de infância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO → Antes de começar a responder	7
CAPÍTULO 1 → Conduzindo uma entrevista	13
CAPÍTULO 2 → Avaliando alguns sinais de manipulação	37
CAPÍTULO 3 → Afinal, o que é ser um psicopata?	59
CAPÍTULO 4 → O que há de errado com o cérebro do psicopata?	79
CAPÍTULO 5 → Alguns se tornam mais psicopatas do que outros	101
CAPÍTULO 6 → Quem, dentro do cérebro, decidiu matar?	125
CAPÍTULO 7 → A maldade do psicopata e a palavra do promotor	149
CAPÍTULO 8 → Os psicopatas podem alcançar o nirvana?	165
CAPÍTULO 9 → O final de um conto quase zen	181
NOTAS	143



(...) Em toda a “ciência da moral”, até agora, faltou, por estranho que isso possa soar, o próprio problema da moral, faltou a suspeita de que aqui há algo de problemático.

Para Além do Bem e do Mal
Friedrich Nietzsche

Introdução

Antes de começar a responder

Um estudante universitário, vindo de uma pequena ilha próxima ao continente asiático, passa a morar em um grande país ocidental. Se antes esse jovem vivia em um pequeno pedaço de terra afastado da costa, no qual residem aproximadamente quinze famílias, passa a viver então em um grande centro urbano. Se antes só havia tido contato com a religião budista, depara-se agora com diferentes instituições religiosas espalhadas por uma grande cidade.

Esse jovem conhece então uma estudante ocidental que, certo dia, comenta sobre a existência de um transtorno de personalidade chamado Psicopatia. Ela afirma que esse transtorno mental leva as pessoas a fazerem coisas horríveis, envolvendo-se em atos de extrema crueldade.

Esse jovem já tinha ouvido falar de algumas doenças bastante complexas que afligem o psiquismo humano. Já viu pessoas chorarem por longos períodos na ilha que habitava e escutou que isso poderia ser depressão. Soube de antigos moradores da ilha que tiveram de buscar tratamento no continente por apresentarem sintomas de esquizofrenia. Apesar disso, demonstra grande estranhamento quando sua nova amiga fala de um transtorno que faz as pessoas se tornarem malévolas. Afinal, como seria possível avaliar um quadro como esse? Seria necessário considerar apenas os atos de maldade de alguém? Para ele, isso parece fazer pouco sentido.

Tendo crescido em um povoado budista, aprendeu, desde cedo, que a maldade só existe como realidade atrelada a uma maior ilusão egóica. Trata-se de algo que só pode ser explicado pelo véu de Maya. Para ele, não existem pessoas verdadeiramente boas e pessoas verdadeiramente más, e sim pessoas mais ou menos livres dos condicionamentos do ego. De acordo com sua crença, a natureza desses fenômenos é vazia, não podendo existir, portanto, um transtorno capaz de ser explicado unicamente a partir dessa condição. Para esse jovem, somos apenas uma realidade em constante transformação e nada é essencialmente bom ou mau.

Por outro lado, a estudante alega que tais pessoas existem. Sustenta

que, nas últimas décadas, os cientistas estão pesquisando a existência de uma síndrome capaz de explicar a essência da maldade de muitos indivíduos.

Passam-se meses, e ambos se tornam ainda mais dogmáticos quanto aos seus pontos de vista. O jovem oriental sustentava a ideia de que os psicopatas não existem, uma vez que não fazia sentido falar em essência da maldade. A jovem ocidental afirmava ser um absurdo seu amigo negar a existência de pessoas más no meio de tantas outras boas.

Essa breve história evidencia um enorme problema de diálogo entre as duas partes. O rapaz adotava uma visão exageradamente relativista sobre o fenômeno e a moça valia-se de um entendimento meramente categórico e valorativo sobre as ações humanas. Os argumentos de um servem, desse modo, apenas para reforçar as convicções do outro.

Pretendo, nas próximas páginas, demonstrar que ambas as concepções têm gerado empecilhos para uma real compreensão da psicopatia na atualidade. De um lado, pessoas que acreditam que um transtorno de personalidade possa ser compreendido a partir de um juízo de valor. De outro, pessoas que se apoiam em uma visão excessivamente crítica quanto às possibilidades de circunscrevermos o quadro com base nas suas características constitutivas.

Essas concepções, por certo, não estão vinculadas a correntes filosóficas ocidentais ou orientais. Minha história, nesse caso, permite-me apenas criar uma analogia inicial e útil para, nas próximas páginas, discorrer sobre a mente do psicopata. Uma analogia a partir da qual os capítulos que se apresentam são também uma forma de responder a pergunta que intitula o penúltimo capítulo do livro. Pretendo, tal como ensinou o sábio dos *shakyas*, mais conhecido como Buda, mostrar que podemos trilhar o caminho do meio para avançarmos nessas questões científicas e filosóficas. Porém, antes de chegar à resposta final sobre o motivo pelo qual os psicopatas não podem alcançar o nirvana, descrevo o percurso que estabeleci para as análises que virão.

No primeiro capítulo, valendo-me de uma linguagem mais narrativa, apresento uma das entrevistas que conduzi em uma situação de pesquisa. Apesar de alterar algumas informações para preservar um total sigilo quanto à identidade do avaliado, reproduzo, de modo bastante fidedigno, os aspectos dinâmicos da entrevista. Dessa forma, o leitor irá compreender como é conduzir uma avaliação para saber se alguém é ou não um psicopata. Entenderá melhor o porquê de algumas perguntas feitas e o que pode ser inferido a partir das respostas. Entretanto, o capítulo não propicia informações suficientes para que estudantes e profissionais de Psicologia e Psiquiatria sem experiência nesse tipo de entrevista aprendam a conduzir um processo avaliativo tão complexo. Pode fornecer informações úteis para estudantes e profissionais dessas áreas, mas sua função principal é evidenciar para todos os leitores que a psicopatia só pode ser diagnosticada com base em

uma série de manifestações, algumas delas bastante sutis.

Para discorrer melhor sobre essas manifestações, explico, no capítulo seguinte, como analisei duas entrevistas concedidas por dois indivíduos famosos. Um deles, um assassino em série que matou mais de três dezenas de mulheres em alguns estados americanos na década de setenta. O outro, alguém que ficou famoso diante de uma notória capacidade de manipular as pessoas à sua volta. Diferente do capítulo anterior, essas entrevistas não seguiram um método específico objetivando a condução de um processo de psicodiagnóstico. Entretanto, determinadas manifestações comportamentais relacionadas à psicopatia são perceptíveis para avaliadores mais treinados, mesmo em entrevistas realizadas fora do contexto forense. Assim, destaco e analiso alguns desses comportamentos com base em alguns itens de um instrumento psicométrico usado para esses fins.

Depois desses capítulos, o leitor menos familiarizado com o tema compreenderá que, diferentemente da avaliação de um quadro de depressão ou do diagnóstico da esquizofrenia, a detecção da psicopatia demanda uma metodologia mais ponderada e relacional. Dessa forma, o tema do terceiro capítulo envolve alguns impasses que ainda existem sobre a melhor maneira de avaliar se alguém é psicopata ou não. Essa discussão também irá propiciar para o leitor uma síntese dos aspectos que, na atualidade, tem sido considerados para a realização do diagnóstico.

Para entendermos a mente do psicopata, além das manifestações comportamentais que caracterizam a síndrome, precisamos entender o que acontece no cérebro desse indivíduo. Dessa forma, o quarto capítulo destaca algumas pesquisas atuais com esse mesmo enfoque. Pretendo convencer o leitor de que o cérebro do psicopata não funciona da mesma forma que o cérebro de uma pessoa normal. A ciência já sabe disso e precisamos entender as reais implicações desses achados. Será que isso significa que tais indivíduos já nasceram assim? Será que pessoas frias e antissociais já existem na nossa espécie há milhares e milhares de anos e só agora resolvemos enxergá-las de um modo diferente? Essas e outras questões norteiam o quarto capítulo.

O quinto capítulo ajuda-nos a interpretar as pontuações diferentes que um psicopata pode ter em um instrumento que quantifica os seus sintomas. Esse instrumento que sugere que a psicopatia pode ser mais bem compreendida a partir dos seus aspectos dimensionais e não como um fenômeno do tipo “tudo ou nada”. Dessa forma, partirei da análise de alguns casos emblemáticos para explicar como diferentes indivíduos com esse mesmo diagnóstico podem apresentar graus distintos de “maldade”.

No capítulo seguinte, deixo de lado a divulgação de achados científicos sobre o cérebro do psicopata e sobre os sintomas mensuráveis do quadro para

aprofundar-me em uma abordagem científico-filosófica. A pergunta central do capítulo é como podemos usar o conhecimento que já temos e os recursos da lógica para entender como o cérebro de alguém opta por fazer o mal. Assuntos com o livre-arbítrio e o determinismo são discutidos nesse mesmo capítulo.

Com base nas discussões propostas no capítulo anterior, torna-se mais fácil, no sétimo capítulo, entender as diferentes concepções sobre a aludida maldade do psicopata. Será que podemos dizer que o psicopata é mau por natureza? Essa é a pergunta norteadora desse mesmo capítulo. Uma discussão mais aprofundada sobre esse tema pode também subsidiar os pensadores do Direito e não apenas os profissionais das chamadas áreas ‘psi’.

Finalmente, no oitavo capítulo, respondo a uma pergunta crucial para entender a perdurável condição dos psicopatas. Nessa parte, recorro a um conto como forma de mobilizar a recursividade lógica e analógica do pensamento do leitor para a compreensão de uma espécie de condição “neuroexistencial” do psicopata. Advirto, de outro modo, que este livro não tem a pretensão de ser uma obra literária. Em outras palavras, não se vale do uso da linguagem para além das suas ocorrências mais ordinárias. Em alguns momentos, no entanto, entendo que algumas metáforas geradas por uma linguagem mais narrativa podem ser úteis para as análises que apresento.

Para finalizar o livro, não bastaria defender posições científicas sem dizer como vejo a ciência. O último capítulo serve, nesse sentido, também para esclarecer que sou um combatente do relativismo desenfreado que tomou conta de algumas correntes do pensamento na atualidade. Convivo, de outro modo, muito bem com um relativismo que se apoie na razão, ainda que nos leve a ponderar sobre os seus limites.

Dito isso, penso que uma dúvida sobre qual é a característica definidora desta obra ainda pode existir. O leitor poderá questionar se irá encontrar, nas páginas que seguem, relatos de casos, discussões sobre como avaliar a psicopatia, descrições de achados da neurociência ou, de outro modo, considerações sobre temas mais filosóficos e existenciais. Este é um livro sobre a mente do psicopata ou sobre a Filosofia da Mente? É um livro sobre ciência ou sobre Filosofia da Ciência?

A resposta a essas perguntas estão neste livro. Mas, para não misturar as coisas, destaco que me aventuro nesse ecletismo somente a partir do sexto capítulo. Essa é uma opção decorrente de uma necessidade de organizar as ideias apresentadas e não de achar que essas áreas do conhecimento possam ser dissociadas. Assim, até o quinto capítulo, incluindo este, a abordagem é de como funciona a mente de um psicopata. Só depois disso, tento explicar o que já podemos dizer sobre do que é “feita” a mente de um psicopata e se podemos ou não dizer que a maldade é um dos seus elementos constitutivos.

Capítulo 1

CONDUZINDO UMA ENTREVISTA

Eram aproximadamente oito e trinta da manhã quando comecei a entrevistar João. Era um sábado ensolarado. Apresentei-me como de costume. Li o termo de consentimento, explicando o tipo de pesquisa que estávamos fazendo. Logo depois da sua assinatura, começamos uma longa conversa. O fato de estar usando um modelo específico de entrevista para avaliar traços de psicopatia não me impede de dizer que, a partir daqueles instantes, começava uma longa conversa.

Pretendo narrar um pouco dessa conversa nas páginas que seguem. Minha narrativa vale-se da alteração de certos detalhes e da omissão de outros como forma de inviabilizar qualquer possibilidade de identificação do avaliado. De qualquer modo, optei por ser totalmente fiel à dinâmica da entrevista realizada. Acredito que uma reprodução fidedigna desses aspectos servirá como ponto de partida para que o leitor entenda o que, de fato, é ser um psicopata. Mas entender as características definidoras de um transtorno não é o mesmo que entender as suas origens. Tentarei explicar o que pode estar por trás de algumas tendências antissociais do psicopata em um segundo momento. Por hora, quero apenas explicar como é estar a frente com um e avaliar aspectos da sua personalidade.

João, irei chamá-lo dessa forma, tinha, na época, dezenove anos. Os manuais nos ensinam que com dezoito anos o indivíduo já pode receber um diagnóstico relacionado a um transtorno da personalidade. A psicopatia é um transtorno da personalidade. Quando iniciei a entrevista, no entanto, eu não havia nem poderia ter, antecipadamente, diagnosticado João. Embora muitos indivíduos sejam, com uma certa frequência, classificados como psicopatas pelo senso comum, apenas em função dos seus crimes inicialmente só posso ressaltar que, em termos mais científicos, as coisas funcionam de um modo diferente.

Minhas primeiras perguntas naquela manhã foram sobre o que ele fazia antes de ser privado de liberdade ou, literalmente, o que fazia antes de ser preso. Na sequência, contou o que fazia para passar o tempo. Perguntei ainda se conseguia ficar algum tempo parado ou estava sempre correndo atrás de coisas para fazer.

Todas as respostas de João sugeriam, desde o primeiro momento, uma necessidade constante de buscar estimulação. O que representa uma das características de um psicopata e, portanto, um dentre os vinte itens que constavam no instrumento de avaliação que eu estava usando. No entanto, embora suas respostas iniciais sugerissem isso, era preciso investigar mais antes de atribuir qualquer pontuação nesse item.

Logo depois de fazer essas perguntas, passamos a falar do seu tempo de colégio. Busquei saber como era sua relação com colegas e professores, sua propensão a assumir ou não assumir compromissos, se dividir tarefas ou simplesmente a se livrar delas usando alguns colegas para atingir seus objetivos. Depois de escutar uma dessas perguntas, de forma quase pausada, João respondeu:

– Teve uma época que eu ameaçava quebrar o cara se não fizesse algo para mim, mas eu não fazia o que os professores pediam, nunca gostei de fazer.

Logo depois, perguntei:

– Chegou a bater em alguém para isso?

– Já bati. Mais de uma vez. Tive que mostrar que eu não tava brincando.

João demonstrava que realmente não estava brincando quando fazia tais coisas já em idade escolar. Estava, de outro modo, manifestando algumas tendências antissociais precoces. Agia como alguém que, ao longo do seu desenvolvimento, estava propenso a tornar-se um psicopata. Autores mais atuais afirmariam que ele estava cometendo *bullying*, uma violência física e psicológica contra seus pares. Mas, além disso, o jovem que entrevistei naquela manhã estava, já naquela etapa da sua vida, manifestando sinais de um estilo de vida parasitário. Em outras palavras, alguém que usa outro alguém de forma instrumental, como um modo de poupar seus próprios esforços.

Quando menciono uma ou duas características da psicopatia, sejam elas quais forem, em palestras, aulas e cursos que ministro sobre o tema, não são raras as vezes que escuto frases do tipo: “Mas eu conheço pessoas que têm essas características e não são psicopatas”.

Antes de avançar na narrativa que me permitirá algumas análises sobre o que define a condição de ser um psicopata, nada mais oportuno do que explicar o que, por si só, não define um psicopata. Pela experiência adquirida, em circunstâncias já citadas, sei que isso evita aquilo que eu chamo aqui de Declive Escorregadio do Fracionamento. Ou seja, dizer que dois dentre vinte aspectos são considerados para o diagnóstico da psicopatia é, matematicamente

falando, dizer apenas que estamos falando de uma décima parte dos critérios que devem ser avaliadas quanto a um transtorno da personalidade. O fato de que psicopatas tendem a ser, dentre várias outras coisas, parasitas que buscam constantemente estimulação, isso não significa que qualquer jovem desocupado que goste de saltar de paraquedas seja um psicopata.

Atualmente, quando alguém afirma que conhece outro alguém com duas ou três características da psicopatia e que não é um psicopata, procuro salientar que também conheço depressivos que sorriem e vestibulandos tensos que não sofrem de ansiedade generalizada. Acaba sendo oportuno enfatizar, em alguns momentos e até mesmo para colegas de profissão, que uma síndrome diz respeito a um conjunto de sintomas e não menos do que isso.

Não pretendo, nas páginas que seguem, descrever todos os itens do instrumento que usei para avaliar João naquela manhã. Tratam-se de vinte itens distintos. Mas, para, posteriormente, discorrer sobre o bem, o mal e as ciências da mente, irei, em um primeiro momento, deter-me em alguns aspectos essenciais do funcionamento de um psicopata. Esses aspectos são contemplados em uma escala que avalia o transtorno.

A entrevista prosseguiu.

Em diferentes momentos, João esboçava um sorriso. Quando falou dos amigos, sorriu com mais frequência. Disse ter muitos amigos e nunca ter deixado “ninguém na mão”.

– Todo mundo que me conhece confia em mim, sabe que eu não sou de deixar ninguém numa pior.

Essas foram algumas de suas palavras, um pouco antes de levar a mão até o queixo e expressar um sorriso mais largo.

Ainda que a avaliação estivesse no início, já era possível perceber o quanto João buscava modular seus sorrisos enquanto falava. Geralmente, ao final de algumas poucas frases, podia observar seu lábio superior sendo puxado em um sorriso que se iniciava, mas havia pouca ou quase nenhuma espontaneidade nesse movimento.

Sorrir muito ou pouco quando alguém está diante de um interlocutor qualquer não significa nada. No entanto, nesse caso, já era visível o quanto João compreendia uma busca por alianças ao falar. Procurava trazer-me diretamente para o seu ponto de vista sobre os fatos que mencionava. Acima de tudo, tentava manipular as impressões causadas em cada parte da sua fala.

Quando perguntei o que já havia feito de mais bacana para ajudar um amigo, sua resposta foi evasiva e não menos sorridente.

– Sei lá, doutor, já fiz tanta coisa. É como eu disse, sou um cara que nunca deixo ninguém na mão.

– Poderia dar alguns exemplos, contar detalhes? – perguntei, olhando diretamente nos seus olhos.

– Ah! sei lá! Já dei dinheiro para quem precisava.

Logo depois, João fez uma pausa e prosseguiu, com uma expressão na qual ainda era possível observar sinais de um sorriso não finalizado.

– Se eu for contar, acho que não paro mais.

João tentava me convencer, naquele momento, que era amigo de todos, mas revelava, por outro lado, não ser amigo de ninguém. Nada de fatos marcantes, lembranças do que genuinamente fez para ajudar algum amigo ou mesmo lembranças relacionadas ao que algum amigo fez para ajudá-lo. A partir dessas perguntas, surgiam apenas indícios de uma capacidade comprometida de estabelecer vínculos significativos ao longo de uma vida. Indícios que se tornaram ainda mais evidentes quando falamos sobre sua família.

Naquele mesmo local e naquela mesma sala, eu já havia entrevistado uma grande quantidade de jovens, alguns mais velhos, outros mais novos. Inúmeros deles relatavam situações nas quais seus vínculos afetivos eram frágeis. De modo geral, situações de abandono e maus-tratos na infância tendem a comprometer a própria capacidade de estabelecer vínculos afetivos em outras etapas da vida. Mas o que estava em questão, e o que deve estar em questão em avaliações psicológicas desse tipo, não é somente uma espécie de hostilidade reativa diante de circunstâncias adversas. Trata-se de distanciamento afetivo no verdadeiro sentido do termo. Dizer que uma coisa está distante da outra não é, entretanto, o mesmo que dizer que uma coisa afastou-se da outra.

Essa pode ser uma explicação até certo ponto abstrata e um tanto quanto técnica sobre o assunto, mas vale a pena considerá-la para que os objetivos deste capítulo fiquem mais claros. Afinal, conforme já destaquei, ainda não estou procurando mostrar o que está por trás da psicopatia e sim, de forma sintética, como é estar na frente de alguém com esse transtorno.

O embotamento, ou seja, a própria dificuldade de expressar emoções e sentimentos ou mesmo a manifestação de raiva são reações diante daquilo que nos atinge negativamente e, sempre que possível, procuramos nos afastar daquilo que nos atinge negativamente. Mas o distanciamento, que não é o mesmo que afastamento, pode ser uma condição que independe de termos sido afetados. Essa distância pode não ter sido decorrente de uma reação, mas, principalmente, de uma baixa capacidade de aproximação. Um psicopata pode não ter se afastado, ele apenas não vivenciou situações que viabilizassem aproximações no campo afetivo. O entendimento desses aspectos é importante para uma compreensão verdadeira daquilo que pretendo elucidar em outros capítulos deste livro.

Passamos a falar então de família.

– Eu tava mal. Visitei ele uma vez e foi difícil. Foi bem difícil. Sabe como é, eu era bem apegado com o meu vô. – Foi a resposta dada por João quando falamos de situações de doença de um ou outro familiar.

Não identifiquei, em suas palavras, naquele momento, e, menos ainda em seus comportamentos não verbais, sinais de embotamento. Estava diante de alguém que era inexpressivo em termos emocionais e que, ao mesmo tempo, não mostrava sinais de guardar as emoções para si. Possivelmente, uma inexpressividade decorrente do próprio fato de não haver vivenciado as emoções que, naquele momento, estava mencionando.

Apesar dessas constatações, o quebra-cabeça que me permitiria entender a sua vida afetiva não estava montado. Quando, com outros colegas de pesquisa, recebemos treinamento para realizar entrevistas dessa natureza, esse havia sido um ponto recorrente. Havia a necessidade de observar aspectos mais gerais do quadro, sem sucumbir a qualquer atalho no processo diagnóstico.

Minha entrevista estava no início e prosseguiu. Se, em outros aspectos da vida daquele indivíduo eu pudesse observar dados congruentes com as impressões iniciais ou mesmo informações confirmatórias de outras fontes, então realmente estaria diante de um psicopata. Aquela não teria sido a primeira vez, ainda que tenha sido uma das ocasiões consideradas por mim emblemáticas. Naquele momento, no entanto, só havia a indiscutível certeza de que, independentemente de qualquer hipótese, era necessário investigar mais.

Mais algum tempo passou-se e novas perguntas vieram. Em um determinado momento, perguntei sobre seus planos, sobre o que pretendia fazer quando saísse daquele lugar. Não havia, no entanto, qualquer tipo de meta, ainda que precariamente estabelecida. Jovens da sua idade, principalmente aqueles que se encontram em condições sociais de privação, costumam pensar pouco no futuro. Por outro lado, não estava me valendo de índices absolutos para pontuar esse critério. Estava comparando-o a outros tantos jovens, na mesma idade e nas mesmas condições, já entrevistados. Nesse sentido, só posso dizer que sua ausência de objetivos era mais saliente do que se poderia esperar naquele mesmo contexto.

— Não sei, não pensei nisso ainda.

Essas foram suas palavras, acompanhadas de um movimento sutil com os ombros, tão logo perguntei sobre seus planos. Quando fiz essa pergunta, lembrei-o também de que estaria determinando o tempo máximo de reclusão em alguns meses.

Depois de continuarmos a conversa sobre outros aspectos da sua vida, chegou então um momento que, dentre outros, poderia mostrar-se revelador na entrevista, ou seja, o momento de falar dos motivos que o levaram para lá.

— João, não conversamos sobre isso ainda e gostaria de saber o que te fez cair aqui. — Fiz uma ligeira pausa após essa pergunta e complementei-a logo depois. — Podemos falar sobre isso?

Não houve uma resposta direta para a última pergunta. Mas, com uma certa ênfase e sem se tornar menos natural por isso, João falou apenas:

– Um cinco sete.

– Matou para roubar? – perguntei logo depois.

– Matei quando o cara reagiu – respondeu, erguendo um pouco os braços com as palmas da mão para cima, num gesto que parecia insinuar que não houve outra coisa a fazer.

– Fale um pouco mais sobre o que aconteceu.

– Foi um assalto que fiz com um parceiro. Foi numa relojoaria. O cara segurou meu parceiro pelo braço e eu tive que dar três tiros no peito dele.

– Naquele momento, fiz uma pergunta um pouco fora do roteiro. Mas estava usando técnicas relacionadas a uma entrevista semiestruturada. Não era, portanto, um simples questionário. Havia uma certa flexibilidade nesse percurso.

– Já entrevistei alguns outros aqui que optaram por dar um tiro para o alto e até na perna quando alguém reagiu. Não pensou em atirar na perna dele?

João mexeu lentamente a cabeça para um lado e para outro, em um gesto de negação, e falou:

– O cara reagiu a um assalto. Eu acho que quem reage a um assalto é um tremendo otário. Não acha, doutor?

De uma forma indireta e um tanto quanto peculiar, ele havia respondido a minha pergunta. Ficou claro que ele realmente não havia pensado em fazer outra coisa a não ser atirar no peito da vítima. Também ficou claro que não era uma questão de pragmatismo. Outras alternativas poderiam até funcionar. Ele não contestou isso. Apenas enxergou quem reagiu como alguém que, sendo um otário, poderia muito bem morrer. Então continuei:

– E depois, como foi depois? Ficou achando que pegou pesado, que podia ter feito a coisa de outro jeito? – perguntei, procurando não expressar qualquer sinal de aprovação ou reprovação diante das suas palavras. Estava tentando avaliar tendências comportamentais que pudessem estar por trás dos fatos. Sendo assim, emitir juízos de valor sobre esses mesmos fatos seria, em certo sentido, “travar” a entrevista.

– Depois? Nem pensei. O que tava feito, tava feito. O senhor não concorda que depois de feito não tem mais como voltar atrás?

João manifestava sinais de estar à vontade, buscando, mais uma vez, sustentar qualquer aliança que pudesse significar, nesse caso, concordância. Cheguei a fazer apenas um gesto pouco expressivo com a cabeça e logo depois perguntei:

– Mas, sabe como é, às vezes nós temos esse tipo de pensamento. Você chegou a ter?

– Não, não tive não.

– Ok! Respondi, balançando novamente a cabeça.

– E o que mais, João, o que mais você fez?

– Ah! me acusaram de outro crime aí, mas esse eu não fiz. Disseram

que eu fiz, mas eu não fiz. — Foram suas palavras, com uma expressão ou pouco mais séria, mas, ainda assim, sem sinais mais evidentes de raiva.

— E qual foi esse outro crime?

— Disseram que eu matei um cara que morava na minha rua. Na verdade, eu só tava junto com quem matou.

— Matou de que forma? — perguntei.

— Com três facadas

— E onde você entrou nessa? — Fiz, nesse momento, uma pergunta mais aberta para observar melhor o tipo de resposta que seria dado.

— Eu tava no meio da briga. Até assumo que segurei o cara para o outro esfaquear, mas foi só isso. Agora tão me acusando de ter esfaqueado.

João parou, contraiu levemente os lábios, e depois continuou:

— Tão dizendo que eu fiz isso só porque tem um cara lá na rua, que todo mundo sabe que não vai com a minha cara, que é primo do cara que morreu e resolveu inventar que fui eu. Resolveu dizer que viu tudo.

— Mas você ajudou. — Afirmei com mais ênfase, procurando analisar melhor como João reagia quando confrontado.

Não houve sinais mais claros de irritação na sua resposta, ainda que tenha levantado um pouco o tom de voz e evidenciando, a partir da resposta, sua incapacidade de aceitar a responsabilidade pelos próprios atos.

— Ajudei, mas não matei. São coisas bem diferentes.

— Bem diferentes? — perguntei e, logo depois, fiz uma pausa, olhando-o fixamente. Prossegui com outra pergunta:

— Tá arrependido de ter ajudado?

— É, tô, né! Se eu não tivesse me envolvido nisso não estaria aqui.

Pensou um pouco mais e complementou:

— Já era para eu tá na rua, fazendo festa aí fora.

João demonstrava insatisfação com as consequências dos seus atos, mas isso nada tem a ver com remorso. Não houve, até essa parte da conversa, ou mesmo em momentos subsequentes, qualquer tipo de alusão às vítimas. Em algumas entrevistas, chego a deparar-me com uma alusão muito breve ou mesmo superficial quanto ao fato de uma vida ter sido tirada. Não se trata, no entanto, de mencionar ou não o desfecho reservado para a vítima, seja em um latrocínio ou em uma briga ocasional. Trata-se de evidenciar ou não evidenciar sinais de remorso. Nesse caso, nem mesmo lembrar que em tais situações houve vítimas fatais era algo verdadeiramente sugestivo quanto à própria falta de remorso.

O aspecto essencial disso também não estava no fato de o avaliado ter protagonizado uma, duas ou talvez três situações de crime contra a vida. Já entrevistei presidiários que tiraram a vida de mais de uma pessoa e não pontuaram o suficiente para serem considerados psicopatas em uma das versões da

escala que estava usando. A psicopatia só pode ser entendida como um transtorno de personalidade e não como uma condição psíquica atrelada a atos anti-jurídicos mais graves. Eram, portanto, as circunstâncias e a forma de se colocar diante delas e não os crimes cometidos que poderiam dizer mais sobre a sua personalidade. João estava arrependido, mas se arrependia do próprio fato de, diante da situação na qual se encontrava, estar agora privado de liberdade, sem poder, conforme suas palavras, estar fazendo festa na rua.

Perguntei então se houve algum outro fato parecido, pelo qual ele não estava respondendo ou já houvesse respondido. Em determinadas circunstâncias, seria esperado que alguém na sua condição não falasse sobre isso. Mas aquela era uma situação um pouco diferente. Era uma situação de pesquisa e já havia ficado claro para ele que eu não estava ali para julgá-lo, absolvê-lo ou mesmo para apurar fatos na tentativa de produzir outras acusações. Estava ali na condição de um acadêmico e não de um servidor da justiça.

João contou então sobre uma vez que atirou em um cara, mas não matou. Isso fez com que ficasse privado de liberdade na mesma instituição alguns anos antes.

— Como foi isso? — perguntei, buscando saber maiores detalhes

— Foi quando me convidaram para tomar uma boca. Uns caras que andavam comigo e já traficavam me disseram que poderíamos ganhar dinheiro fácil se ajudássemos a pegar uma boca. Aí então um desses caras me passou uma arma e eu fui. — respondeu, demonstrando um certo esforço para lembrar dos detalhes. — Fui o primeiro a entrar e aí acabei atirando.

— E o que te fez atirar? — perguntei, enquanto me acomodava na cadeira.

— Eu não ia dar mole para o cara. Sabia que ele também tinha uma arma lá e então já cheguei atirando.

— Mas por que tomou a frente nisso? — perguntei logo depois.

— Um outro parceiro meu que também foi convidado ficou vacilando.

Aí eu peguei a arma e disse que topava fazer, aí ele também topou.

— E quanto ao cara que levou o tiro?

— É como eu tava dizendo, era só ele lá, mas podia reagir a qualquer momento, eu não esperei isso acontecer. Fui mais esperto que ele.

Dessa vez, esperei um pouco mais antes de perguntar novamente, mas logo depois falei:

— A ideia era matar?

— Claro — respondeu João —, era ele ou eu. Só que o desgraçado não morreu. O tiro pegou no braço e ele saiu correndo pelos fundos e eu ainda dei mais dois tiros e nenhum acertou.

— E o teu parceiro?

— Ele tava logo atrás de mim. Entrou quase junto comigo. Eu lembro que ele até me deu força e disse que foi melhor eu ter atirado.

– Ele era mais velho do que tu, o teu parceiro?

– Era uns três anos mais velho.

– E o que aconteceu depois?

– Depois quando? – Foram suas palavras, demonstrando que não havia entendido a minha pergunta.

– Depois desse fato, vocês conseguiram tomar a boca que era desse sujeito?

João manifestou um sorriso mais espontâneo, dessa vez acompanhado de alguns sinais de orgulho, quando respondeu minha pergunta:

– Claro! Já era! Ficamos com ela.

– Quanto tempo? – perguntei logo depois

– Ah! Acho que uns três meses. Depois a gente caiu fora. A maior parte do dinheiro acabava indo para o cara que mandava em tudo lá, o mesmo cara que tinha largado as armas na nossa mão.

– Foram duas armas?

– É, uma para mim e uma para o meu parceiro, mas quem entrou atirando fui eu, ele nem usou a outra arma.

Para saber mais sobre as emoções que João experimentava ou não experimentava quando agia dessa maneira, continuei com algumas perguntas que estavam ligeiramente fora do roteiro de entrevista, mas que, dadas as circunstâncias, eram adequadas.

– Não ficou com medo que o cara voltasse lá para acertar as contas com vocês?

– Eu não – respondeu João. Sabia que o cara era um merda qualquer. Ele continuava lá só porque ninguém tinha tirado ele de lá. É assim que funciona, doutor. Chega alguém maior e leva. Se o cara não se garantiu, azar dele.

João continuou, mostrando-se um pouco mais prolixo do que até então havia sido.

– Se o senhor tivesse uma boca que desse dinheiro, iria saber que tinha muita gente querendo pegar. Então o senhor teria que ser mais esperto, mais ligeiro. É assim que funciona. Isso aconteceu com um camarada meu que levou três tiros porque vacilou. Já era. É por isso que eu acho que não vale a pena nesse negócio de traficar.

Aproveitei o comentário de João para uma pergunta sobre amizade, um pouco semelhante a outras que já havia feito momentos antes.

– E esse teu camarada que morreu, era próximo, era um amigo?

– Ih! Um cara nota dez, nota cem para dizer a verdade. Cheguei a namorar a irmã dele, mas durou pouco, não sou de me prender. – João respondeu, levantando um pouco as sobrancelhas para salientar o que estava dizendo.

– E como ficou quando soube que ele já era? Lembra desse dia, lembra quem te deu a notícia que ele morreu?

– Não lembro muito bem, já faz uns três anos, mas fique mal, né! Eu

gostava mesmo daquele cara.

Novamente, só era possível constatar indícios de um vínculo superficial com alguém que João dizia ser próximo. Novamente não se tratava de embotamento afetivo. Nada que sugerisse um luto difícil de ser elaborado ou um assunto difícil de ser tratado. Houve ocasiões, nas entrevistas que já fiz avaliando adolescentes e adultos, que o entrevistado simplesmente pediu para não falar mais sobre o assunto e, certamente, acabei por respeitar esses pedidos. Nesse caso, o avaliado não falava do assunto pelo simples fato de que pouco ou quase nada tinha a dizer. Por mais abstrato que seja um sentimento e por mais difícil que seja colocá-lo em palavras, muitas vezes o próprio fato de não achar as palavras diz muita coisa. Mas João não teve nem mesmo dificuldade para encontrar palavras. O chamado “tempo de latência” entre a minha pergunta e a sua resposta foi mínimo e mostrou apenas que ele não lembrava de um fato supostamente marcante em sua própria história. Em termos daquilo que os psicólogos cognitivos chamam de memória autobiográfica, parecia faltar um componente emocional que pudesse facilitar a lembrança daqueles episódios. Não havia, em sua breve fala a respeito da morte de um amigo, sentimentos competindo com palavras e não houve, por certo, palavras para expressar aquilo que estava ausente.

É um erro pensar que alguns poucos indícios verbais ou não verbais falam por si, evidenciando aquilo que um sujeito é ou deixa de ser. Isoladamente, eles nada dizem. Mas era o que estava sendo evidenciado era uma congruência inicial de sintomas distintos. Uma congruência que só pode ser constatada a partir de uma avaliação criteriosa capaz de considerar esses indícios conjuntamente.

Naquele momento, minha entrevista já estava na metade. Pela janela, conseguia perceber que a manhã continuava ensolarada. Olhei-a por alguns instantes e, logo em seguida, tentei não me distrair com estímulos externos. Voltei então para o roteiro da entrevista contido em algumas folhas que segurava nas mãos. E então continuei:

– Eu já havia adiantado essa pergunta, mas quero voltar para ela. Não chegou a pensar no que vai fazer quando sair daqui, nem mesmo quando fiz a pergunta antes?

– Não, pior é que não mesmo. Vejo cara aqui dentro dizendo que vai fazer isso, que vai fazer aquilo, eu prefiro esperar para ver o que acontece.

Logo depois de uma pequena parada, continuou:

– Tem até cara que diz que vai assaltar tal lugar depois de sair daqui, que já está tudo esquematizado. Só que, às vezes, o cara não sabe nem quando vai sair daqui e fica com esse papinho de que vai fazer, que vai acontecer...

– Já pensou em fazer esse tipo de coisa quando sair daqui? – perguntei, interrompendo-o pela primeira vez durante a entrevista.